

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:
UMA ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA**

Juliana Karem Fonseca Coutinho¹

Patricia Ines Schwab²

Enise Barth Teixeira³

A abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas. Essa abordagem considera a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, como objetivos primordiais a serem atingidos. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão integrante do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), vem desenvolvendo desde 2003 uma estratégia com o objetivo de promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos nos territórios rurais, visando o desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional. A integração das políticas públicas com abordagem territorial foi fortalecida com a criação, em 2008, do Programa Territórios da Cidadania (PTC). O Programa busca promover a articulação inter e intragovernamental para a redução da pobreza rural em 120 Territórios da Cidadania selecionados entre os 165 territórios rurais apoiados pela SDT/MDA. Estes compreendem 1.852 municípios, 42,4 milhões de habitantes e concentram 46% da população rural. Sob este enfoque, este estudo objetiva descrever a política de desenvolvimento territorial do MDA, a partir das ações desenvolvidas em 2013 nos Territórios de Cidadania do estado de Santa Catarina: Meio Oeste Contestado e Planalto Norte Catarinense. As pesquisas bibliográfica e documental foram os procedimentos técnicos utilizados para a construção do quadro teórico de referência e para a caracterização da política. Os resultados da pesquisa revelam que a concepção do Programa favoreceu a chegada de forma integrada das políticas

¹ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *campus* Chapecó – SC e bolsista de iniciação a extensão CNPQ de maio de 2014 a janeiro de 2015. E-mail: juliana_kfc@hotmail.com.

² Acadêmica do Curso de Administração da UFFS, *campus* Chapecó e diretora vice-presidente na Sem Fronteiras Consultoria Junior. Bolsista de Iniciação a Extensão CNPQ desde maio de 2014. E-mail: paty_schwaab@hotmail.com.

³ Doutora em Engenharia de Produção e Docente do curso de Administração da UFFS, *campus* Chapecó. Coordenadora do projeto que é uma demanda do MDA ao CNPQ, intitulado como: Governança na Perspectiva da Gestão Social de Territórios da Cidadania de Santa Catarina e Paraná: uma Estratégia para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Solidário. E-mail: enise.teixeira@uffs.edu.br.

públicas de apoio as atividades produtivas, cidadania e direitos e de infraestrutura. O Território do Meio Oeste Contestado abrange 29 municípios, totalizando uma população de 271.996 habitantes, dos quais 26,72% vivem na área rural, cujo IDH médio é de 0,81, enquanto que o Planalto Norte Catarinense compreende 14 municípios, com uma população total de 357.082 habitantes dos quais 23,64% vivem na área rural e seu IDH médio é de 0,79. Para ambos os territórios foram executadas 24 ações por meio do Programa Territórios da Cidadania no ano de 2013, as quais foram realizadas pelos seguintes ministérios: Educação (MEC), Saúde (MS), Comunicações (MC), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Desenvolvimento Social (MDS). Para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania, a SDT/MDA em 2014 firmou parcerias com Universidades Públicas Federais, entre as quais está a UFFS.

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento rural sustentável. Desigualdades regionais. Integração.